DeepL
Assine o DeepL Pro para poder editar este
Visite www.DeepL.com/pro para mais informações.

Covid, crise e resiliência capitalista

Gilles Dauvé

Ligação: https://ddt21.noblogs.org/?page_id=3380

Em 1919, a chamada gripe espanhola, que entre 1918 e 1921 matou entre 20 e 50 milhões de pessoas, desempenhou um papel secundário nos debates dos delegados de todo o mundo que vieram preparar o que viria a ser o Tratado de Versalhes. No início de 2022, o número de mortes por Covid aproxima-se dos 5,8 milhões. ᵉAs pandemias do passado podem ter sido mais graves (a SIDA custou 33 milhões de vidas), mas os seus efeitos na política mundial foram muito menores: foi preciso o desenvolvimento capitalista do século XX para unificar verdadeiramente o planeta.

Em 2020, durante algumas semanas ou mais, 3 mil milhões de adultos estiveram inactivos ou em teletrabalho e 1,6 mil milhões de jovens viram a sua escolaridade interrompida. Em vez de *confinamento,* o historiador Adam Tooze prefere falar de *paralisação*: no final de Fevereiro, antes das medidas do Governo, o fluxo de capitais tinha abrandado, havia um choque financeiro, uma queda da bolsa, uma diminuição dos investimentos e as empresas fechavam ou passavam a trabalhar a tempo parcial. Segundo Tooze, o *confinamento* do Estado não precedeu mas seguiu-se à *paralisação* económica. Em todo o caso, a contracção global do comércio e da produção foi mais rápida do que no rescaldo do crash de 1929.

Seja qual for a cronologia, os Estados reagiram.

A saúde pública existe apenas como um aspecto da *ordem pública*. A ordem pública enquadra o que é necessário para que uma sociedade se perpetue, de acordo com as normas e os condicionalismos do lugar e do tempo. Até certo ponto, a fraude fiscal é tolerada, mas qualquer ataque a um banco será reprimido. Lá, trava-se a "guerra à droga", noutros locais o consumo de canábis é legalizado. A homossexualidade (masculina) foi ilegal em Inglaterra até 1967: agora é a homofobia que é punida pelos tribunais.

A saúde pública não tem mais a ver com proteger ou salvar vidas sistematicamente do que o Estado moderno tem a ver com garantir que todos tenham um tecto ou uma boa

alimentação. Assegurar a reprodução da população é prevenir e tratar as doenças... tanto quanto o permite uma sociedade baseada nas relações de classe e na rentabilidade. Perante uma epidemia, o objectivo número um de uma política de saúde não é que haja o mínimo de sofrimento e de morte possível, mas sim evitar que um excesso de doentes entupa os serviços de urgência e de reanimação. Uma exigência que cada Estado cumpre de acordo com o nível de ordem ou desordem aceitável em proporção às capacidades e critérios socialmente aceites no país. Em 2017, 68% das mortes na Nigéria deveram-se a doenças relacionadas com a pobreza, em comparação com 3,5% na Alemanha. Em 2021, no Peru, as famílias dos doentes com Covid tiveram de comprar elas próprias as garrafas de oxigénio necessárias para o tratamento. Mas, mesmo num país "rico" com um "Estado social" como a França, estava fora de questão, no início de 2020, dar prioridade à identificação das pessoas infectadas (devido à falta de testes), à protecção da população (devido à falta de máscaras) e, mais ainda, concentrar-se nos indivíduos em risco, nos idosos, nas pessoas com co-morbilidades agravantes ou nas pessoas que vivem fora do sistema de saúde. A sociedade não funciona para sacrificar todos os seus recursos aos fracos e vulneráveis: só se ocupa deles quando a sua situação ultrapassa um limiar socialmente aceitável (dois ou três sem-abrigo que morrem de frio todos os Invernos em França é aceitável, não dezenas).

Nos primeiros tempos do confinamento, observadores clarividentes salientaram que este seria de pouca utilidade na ausência de um rastreio em grande escala, da distribuição maciça de máscaras e da quarentena das pessoas infectadas.

No entanto, dois anos mais tarde, os defensores da contenção podem dizer que, ao obrigar entre um terço e metade dos seres humanos a ficarem em casa, durante períodos de tempo variáveis e em graus variados, a sua política de saúde salvou inúmeras vidas.

(Deixemos de lado o facto igualmente não quantificável de que, ao promover a solidão, o desamparo, o medo e o desespero, o isolamento forçado contribuiu para o aumento da mortalidade em proporções certamente elevadas).

O verdadeiro êxito político dos Estados, e do capitalismo como sistema mundial, é ter enfrentado uma crise sanitária tão grave improvisando, afirmando uma posição em Janeiro para a negar em Abril, jogando com o medo e a confiança, proibindo ou tornando obrigatório um comportamento num dia, outro no dia seguinte, sem nunca renunciar aos fundamentos desta sociedade, nem perder o seu poder. As populações sofreram estes acontecimentos num quadro que não escolheram, e receberam a terapia social e médica que lhes foi imposta. Inicialmente, a deterioração dos sistemas de

segurança social, bem como uma medicina avançada que negligenciava a prevenção, impediram a implementação de medidas de emergência (apenas alguns países tomaram tais medidas, como a Coreia do Sul). Depois, com a pandemia instalada e a ganhar terreno, os Estados contentaram-se em apresentar o isolamento forçado como uma medida razoável: não importava se era a melhor ou a menos má solução, pois era a única praticável.

Isto não impediu muitas iniciativas de base - fabrico de máscaras para a própria comitiva, solidariedade de bairro, etc. - mas estas não ultrapassaram o nível local. - Mas não foram além do quadro local. De um modo geral, uma população reduzida à passividade não foi tratada, e muito menos curada.

Em condições tão desfavoráveis, como é que os discursos e as acções anti-vacinas e anti-passaportes podem escapar à confusão? Os "Comboios da Liberdade" canadianos e franceses resumem bem a maior parte das ambiguidades contemporâneas, misturando reivindicações colectivas, protestos individuais, slogans de "esquerda" e linguagem de extrema-direita. Aí, como noutros lugares, o que domina é uma exigência de liberdade dissociada do que lhe daria conteúdo. Ser livre, pessoal ou colectivamente, só faz sentido em relação - ou mesmo em oposição - a outras pessoas e grupos. Para o patrão, "liberdade" é a possibilidade de contratar e despedir de acordo com os seus interesses; para o seu empregado, é a possibilidade de fazer reivindicações e de se organizar para esse efeito.

Algumas das manifestações contra o passe são lançadas e dirigidas pela extrema-direita, outras por sindicatos e pessoas de esquerda, mas na maior parte delas a multidão não tem nada em comum a não ser uma confusão intelectual e mental de ingenuidade e queixas. O que se destaca não é tanto a presença da extrema-direita, mas a ausência de um mínimo de opinião estruturada - um vazio muitas vezes reconhecido pelos próprios manifestantes, em nome de uma pretensa posição apolítica.

Quando não se compreende o que se é, também não se sabe o que o provoca. O declínio e o espezinhamento da luta de classes esbatem a própria existência das classes sociais no imaginário colectivo. Como os proletários têm dificuldade em reconhecer-se como são, apagam a burguesia da sua consciência e dos seus debates. Na melhor das hipóteses, o burguês é o rico, ou melhor, o muito rico e sobretudo o *demasiado* rico. Em vez de o entendermos pela sua função (gerir a relação capital/trabalho em seu próprio benefício), ele é descrito como pertencendo a uma elite manipuladora, uma oligarquia a quem a Covid daria a oportunidade de "reiniciar" o mundo. Não conseguindo identificar

o que poderia ser objecto de acção, procuramos nomes, e encontramo-los nos participantes de Davos, nos membros de clubes nacionais (Le Siècle) e, melhor ainda, de clubes transnacionais (Grupo Bilderberg).

Simetricamente, como temos de reivindicar alguma coisa, é tentador agarrarmo-nos a um símbolo cómodo. A "França", por exemplo, que se opõe a potências fugidias. Nos desfiles dos Gilets Jaunes, abundavam as bandeiras tricolores, mas também as regionais. Os leões e as flores da Picardia não exprimiam a reivindicação de uma Picardia política autónoma, mas serviam de referência contra um adversário longínquo e quase inacessível - o Estado, Paris, Bruxelas... - que não se conseguia compreender e nomear. Da mesma forma, numa cidade da região de Oise, durante uma manifestação anti-passaporte no Outono de 2021, uma bandeira bretã (acrescentada à tricolor no mesmo cartaz) não assinalava qualquer nacionalismo bretão: apenas um refúgio identitário, ao contrário das bandeiras políticas ou sindicais, que são censuradas por serem um sinal de filiação partidária e, portanto, um símbolo de uma divisão prejudicial (entre esquerda e esquerda, por exemplo), uma divisão que a tricolor evitaria ao reunir todos os cidadãos

Além disso, os próprios partidos supostamente radicais apagam a representação daquilo que são supostos encarnar. A foice e o martelo estão ultrapassados! O megafone, símbolo do NPA, é um instrumento de comunicação que apenas exprime a vontade de falar publicamente, e poderia ser o logótipo de uma empresa de publicidade. A foice e o martelo prometiam um futuro de trabalho generalizado (com ferramentas já antigas: este símbolo data de 1917, e associava frequentemente o arado e o martelo no início). Uma visão limitada e criticável, mas criticável precisamente porque afirmava um conteúdo. O megafone do NPA não diz nada.

A confusão intelectual e o esbatimento das linhas de visão são sempre contra-revolucionários. Mas é duvidoso que haja mais ambiguidade e incoerência nas manifestações anti-passe do que nas habituais marchas sindicais, de esquerda ou de extrema-esquerda.

O autor destas linhas preferiu ser vacinado, mais por comodidade do que por acreditar na protecção que o vírus oferece a si próprio e aos outros. Perante os medicamentos e os tratamentos modernos "hi-tech", mesmo aqueles de entre nós que dispõem de conhecimentos científicos sólidos têm dificuldade em decidir - quanto mais o cidadão comum sem esses conhecimentos. Em França, o número de vacinas obrigatórias para um bebé aumentou de três para onze: quem de entre nós poderia decidir se elas são

necessárias? Muitas vezes, na prática, é impossível e inevitável conceder à medicina um mínimo de confiança que teríamos dificuldade em justificar.

Outros camaradas optaram por recusar a vacina contra a Covid. Alguns deles certamente porque negam a gravidade da doença, assimilando por exemplo o vírus ao da gripe, mas nada prova que esse ponto de vista dominaria entre os comunistas libertários e anarquistas que se opõem à vacina e ao passe. A sua principal motivação é a desconfiança em relação às drogas, com base nos vários desastres com drogas (o "escândalo dos opiáceos" nos Estados Unidos é um dos mais recentes), especialmente as vacinas anti-Covid.

Acrescentemos que uma boa parte dos libertários e comunistas que rejeitam o passaporte sanitário, ou mesmo estas novas vacinas, não o fazem por si próprios enquanto *indivíduos*, mas por razões políticas decorrentes do que também consideram ser um interesse *colectivo*.

Ser vacinado contra a Covid não é um imperativo político de solidariedade social, de classe ou humana, tal como recusar ser vacinado não é um gesto subversivo contra o Estado, o capitalismo e os seus meios de comunicação social. E se esta vacinação é elevada ao nível de uma questão de princípio, isso deve-se, sem dúvida, à falta de outros campos de luta actualmente.

O mesmo se aplica à saúde pública e à ecologia: estamos mais ou menos a reparar o que estragámos, enquanto continuamos a não conseguir evitar as catástrofes climáticas e sanitárias. Em nome do bem colectivo, o Estado protege-nos (à sua maneira e sem renunciar ao seu papel de garante dos interesses da classe burguesa) em troca da nossa submissão - face ao aquecimento global como face a uma epidemia.

O vírus não provou nada de novo, nem alterou nada em substância.

A civilização capitalista não criou o SARS-CoV-2, mas contribuiu grandemente para ele através da deterioração da biodiversidade, da desflorestação, da agricultura industrial que favorece o aparecimento de novos vírus e doenças, da circulação cada vez mais intensa de pessoas e mercadorias e da falta de higiene nas habitações. Depois de as primeiras medidas de confinamento terem permitido que o planeta respirasse um pouco e que o céu ficasse azul, a crise sanitária não vai aliviar a crise ecológica. Deixar o carro na garagem durante algum tempo significou também viver cada vez mais com a Internet e uma superabundância de objectos conectados. Além disso, o futuro do automóvel é eléctrico. As "novas mobilidades urbanas", repletas de electrónica, anunciam uma produção e um consumo suplementares de electricidade (que, não esqueçamos, é apenas

uma forma e não uma fonte de energia). As pessoas já estão a regozijar-se com o regresso de um crescimento virtuoso, uma vez que este é progressivamente "descarbonizado". No início de 2022, a União Europeia concedeu o rótulo "verde" à energia nuclear.

Mais do que qualquer outro sistema, o capitalismo é regularmente levado a auto-mutilar-se para se rejuvenescer. Alimenta-se das suas crises, mesmo graves como a de 1929, à custa de uma selecção, incluindo uma "destruição criativa", das suas elites económicas e políticas: renova os gestores da relação capital/trabalho, das empresas e dos mercados, demonstrando uma adaptabilidade que espantou os homens no início da Revolução Industrial e continua a surpreendê-los dois séculos mais tarde (veja-se, por exemplo, a composição da classe dirigente chinesa, que mistura burocratas e grandes empresários).

O papel do Estado é evitar desequilíbrios sociais e ecológicos excessivos e, se estes ocorrerem, geri-los sem conflitos excessivos: com algumas concessões temporárias, conseguiu fazê-lo durante a crise sanitária.

Se a resposta dos proletários à gestão burguesa da pandemia é limitada, é porque já foram derrotados *antes*, e que uma crise (económica, política ou sanitária) *por si só não* reverte a situação.

Mas houve dificuldades. Desde o início. Por exemplo, em 16 de Março de 2020, uma greve na Mercedes-Benz em Vitoria (País Basco espanhol) para forçar a empresa a encerrar depois de ter sido detectado um caso positivo. Ao mesmo tempo, em Itália, greves selvagens na Fiat-Chrysler. Nos Estados Unidos, a pressão das bases levou o sindicato automóvel UAW a conseguir uma paragem mais ou menos total da produção na GM, Ford e Fiat-Chrysler em 18 de Março. A estas lutas seguiram-se outras, em quase todos os continentes, contra a gestão da crise, a degradação das condições de vida e o reforço da autoridade do Estado - não sem as confusões acima referidas. Houve acções defensivas contra a falta de medidas sanitárias, e outras mais ambíguas contra o passe sanitário, pois é verdade que a "desobediência" abrange os mais diversos significados:

Como um camarada português explicou num e-mail, durante as duas fases do confinamento, o centro de Lisboa ficou deserto, enquanto nos subúrbios se realizaram festas, os católicos assistiram à missa à porta fechada, o partido comunista realizou o seu festival anual, houve desfiles em solidariedade com o *Black Lives Matter* e os jovens organizaram raves no sul. Estes comportamentos não foram motivados por um

desrespeito pela saúde própria ou alheia, mas por um sentido de "comunidade", seja ele qual for, que dá prioridade à manutenção dos laços sociais em detrimento do distanciamento social: "*Uma pessoa pode estar sozinha na decisão de não vacinar, mas juntar-se a algumas centenas de outras pessoas com quem partilha uma forma de identidade é uma escolha social e colectiva que confronta uma ideia abstracta de sociedade. Seria errado assumir que se tratava simplesmente de crianças jovens e estúpidas: não eram. Eram activistas do PC e católicos, mas também imigrantes brasileiros e cabo-verdianos*.

O mundo não se limita a este exemplo, há muitos outros, e estas disparidades não são surpreendentes: dois anos de pandemia não paralisaram as populações, nem acabaram com as lutas, nem dissiparam o equívoco e a incerteza dominantes. Globalmente, uma resistência multifacetada não impediu os gestores deste mundo de manterem o controlo da situação. A menos que aconteça algo no futuro próximo que não podemos prever actualmente, o capitalismo como sistema social e político global sairá mais forte da crise da Covid. Longe de estar moribundo, apesar das suas contradições, este sistema é mantido tanto pela sua força de inércia como por um desenvolvimento sempre acelerado, destrutivo e catastrófico, mas seria errado negar a sua dinâmica persistente.

Uma "crise" é um momento decisivo, um ponto de viragem numa doença, um momento incerto que nos obriga a fazer escolhas - que não são necessariamente as de uma ruptura. Fracturas, instabilidades, contradições... não faltam, mas a verdadeira vulnerabilidade das nossas sociedades vem daquilo que as move: a relação capital/trabalho assalariado. O que acontecerá a seguir dependerá dos proletários.

Entretanto, é importante distinguir entre o que não podemos controlar e o que depende de nós. Philip K. Dick escreveu que "*todos os governantes têm um certo aspecto ficcional que, em suma, faz parte da sua maquilhagem cénica*" (*The Penultimate Truth*, 1964). A actual pandemia tem a sua materialidade, os seus milhões de mortos, a sua miséria acrescida, mas também projecta as suas ficções, os seus mitos, as suas ilusões - e é melhor não confundir a realidade com a ficção.

G. D., Março de 2022.

Leituras

Adam Tooze, *The Shutdown: An Economic History of Covid*, 2022. Bem investigado, com as limitações inerentes à história imediata. Do mesmo autor, recomendam-se

estudos sobre a economia do Terceiro Reich (*The Wage of Destruction: Formation and Ruin of the Nazi Economy*, 2012), e dos anos 20 (*The Flood: 1916-1931: A New World Order*, 2015). Livros todos publicados pela Belles Lettres.

Tristan Leoni & Céline Alkamar, Custe *o que custar. O vírus, o Estado e nós*, Abril de 2020 (parte um e parte dois):

G. D., *Virus, the world today*, September 2020 : [Em português: *Vírus, o mundo de hoje - Gilles Dauvé:* https://criticadesapiedada.com.br/2021/03/29/virus-o-mundo-de-hoje-gilles-dauve/]

Anthithesi/Cognord, *A realidade da negação e a negação da realidade*, Setembro de 2021.

Muitas boas ideias. Infelizmente, são acompanhadas de uma grande falha. Este texto raciocina como se um certo número de medidas fosse de facto tão indispensável que *todos* aqueles que questionam ou recusam o confinamento, as vacinas ou os passaportes sanitários
devessem ser considerados como movidos por "*uma adesão acrítica (e por vezes inconsciente) a teorias da conspiração proto-fascistas reaccionárias*". Uma amálgama abusiva. Podemos criticar o antifascismo sem sermos complacentes com o fascismo. Pode-se criticar o sionismo sem se tornar anti-semita. Da mesma forma, pode-se falar do *Big Business* (incluindo o *Big Pharma*) sem acreditar que um ou mais comités semi-ocultos estão a puxar os cordelinhos da política mundial. Além disso, devemos desconfiar de palavras como "conspiração" e "conspiração", que muitas vezes dizem mais sobre a pessoa que as usa do que sobre aquilo a que supostamente se referem.
Terão sido Karl e Friedrich conspiradores quando escreveram que *"o governo moderno é apenas um comité que gere os assuntos comuns de toda a classe burguesa*". (*Manifesto Comunista*, 1848)?

Sobre a impossível auto-reforma ecológica: a nossa série *Batatas versus Arranha-céus*, incluindo "*O capitalismo não será ecológico*", Novembro de 2020.